

AGRICULTURA SC

EDIÇÃO Nº 81 | AGOSTO DE 2020



Fechamento autorizado,
pode ser aberto pela ECT.

PECUÁRIA DE CORTE AMPLIA PRODUTIVIDADE E RENDA EM SANTA CATARINA

Páginas 10 e 11



EDUCAÇÃO SUPERIOR

FAESC anuncia três novos polos
da Faculdade CNA no Estado

Página 3

AGRICULTURA

Bons preços compensaram
perdas da safra de
verão no Estado

Páginas 4 e 5

FEBRE AFTOSA

FAESC e Estado se
posicionam sobre
normativa do MAPA

Páginas 6 e 7

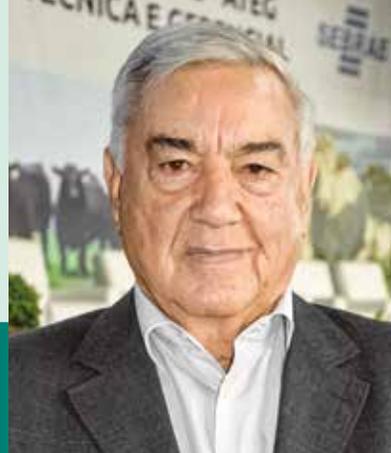
SANIDADE ANIMAL

SC busca erradicação da
brucelose e tuberculose

Páginas 14 e 15

AGRICULTURA: IMAGEM E DIFICULDADES

José Zeferino Pedrozo - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de SC (Faesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/SC)



Depois de séculos tratado como uma área atrasada e eternamente dependente do Estado, o setor primário da economia brasileira subiu os degraus da maturidade e da excelência. Em décadas de investimentos, estudos, pesquisas, persistência e muito trabalho a agricultura brasileira mostrou a sua força. Milhões de brasileiros – produtores, trabalhadores, famílias e empresários rurais – construíram esse universo que se tornou paradigma mundial de qualidade.

Nos últimos 20 anos foi o segmento que maior contribuição deu à balança comercial e ao desenvolvimento econômico do País. Acumula muitas vitórias, mas, curiosamente é objeto de muitas incompreensões. Embora seja uma atividade completamente sustentável, vive na mira de formuladores de políticas ambientais, ambientalistas e ONGs internacionais que parecem obcecadas em gerar fatos que criem embaraços ao Brasil na manutenção de mercados internacionais duramente conquistados.

O compromisso do setor com a sustentabilidade é um pacto de perpetuação. Atividades agrícolas e pecuárias que não respeitam o meio ambiente

têm vida curta. É uma questão de consciência, mas, também de pragmatismo econômico. Dois terços do território nacional preservam a vegetação nativa. As tecnologias de manejo de solo e de integração lavoura-pecuária-floresta permitem a recuperação de áreas degradadas e sua incorporação ao processo produtivo sustentável para aumentar a produtividade. Assim, não há necessidade de avançar sobre florestas ou área de proteção permanente. Ou seja, vice-líder mundial em exportações, a agropecuária brasileira – que logo se tornará a maior exportadora do Planeta – é uma das mais sustentáveis.

A imensa burocracia, a profusão de normais, a demora no licenciamento dos empreendimentos agropastoris e a deficiente infraestrutura são percalços para o agronegócio. Outro óbice é o protecionismo que emerge em todos os continentes, exigindo esforços diplomáticos e comerciais para superação. Há um caminho para enfrentar esse oceano de transtornos. Pesados investimentos na recuperação e expansão de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, armazéns, comunicações e saneamento são exigências do desenvolvimento econômico nacional que darão fôlego

e maior competitividade à agricultura. Se o governo tiver lucidez e capacidade de investir nessa área cumprirá, simultaneamente, dois objetivos: preparar o País para a retomada do crescimento e gerar milhões de empregos.

Internamente, o País precisa de atitude e ação. Para contribuir com as metas que a agricultura brasileira quer alcançar no Planeta, o País precisa cumprir seus compromissos com a proteção dos biomas, o combate ao desmatamento e o aperfeiçoamento da estrutura de proteção aos recursos naturais.

Apesar do estrondoso sucesso e dos crescentes superávits comerciais (grande parte devido ao fator China), a agricultura brasileira vem perdendo a batalha da comunicação na esfera internacional. O Brasil precisa desenvolver um programa de imagem e diferenciação de produtos e consolidar exportações de maior valor agregado. Com o apoio da CNA, ABPA, ABIEC e outras entidades nacionais do agronegócio é necessário adotar uma campanha unificada para fortalecimento da imagem do País no mundo com a participação dos Ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente, Relações Exteriores e Presidência da República.

AGRICULTURA SC

R. Delminda Silveira, 200 - Agronômica, Florianópolis - SC, 88025-500 - Fone (48) 3331-9700
FAESC: facebook.com/FAESCSantaCatarina | SENAR/SC: facebook.com/SENARSC | www.SENAR.com.br

DIRETORIA DA FAESC 2015/2019: Presidente: José Zeferino Pedrozo, 1º vice-presidente: Enori Barbieri, 2º vice-presidente: Milton Graciano Peron, 1º vice-presidente de secretaria: João Francisco de Mattos, 2º vice-presidente de secretaria: João Romário Carvalho, 1º vice-presidente de finanças: Antônio Marcos Pagani de Souza, 2º vice-presidente de finanças: José Antônio de Pieri. **VICE-PRESIDENTES REGIONAIS:** Adelar Maximiliano Zimmer (Extremo-Oeste), Américo do Nascimento (Oeste), Wilson Antônio Verona (Meio Oeste), Mauro Kazmierczak (Planalto Norte), Lindolfo Hoepers (Vale do Itajaí) Márcio Cicero Neves Pamplona (Planalto Serrano) e Villibaldo Michels (Sul). **CONSELHO FISCAL EFETIVO:** Fernando Sérgio Rosar, Gilmar Antônio Zanluchi e Donato Favarin. **CONSELHO FISCAL SUPLENTE:** Nilton Goedert, Fabrício Luiz Stefaní e Dionício Scharf. **CONSELHO ADMINISTRATIVO DO SENAR/SC:** Presidente do Conselho Administrativo – Gestão 2015/2018: José Zeferino Pedrozo. **CONSELHEIROS:** Walter Dresch (Titular), Luis Sartor (Suplente). **Representantes:** Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC) | Marcos Antônio Zordan (Titular), Neivo Luiz Panho (Suplente). | **Representantes:** Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) | Ricardo de Gouvêa (Titular), Cinthya Monica da Silva Zanuzzi (Suplente).

Representantes: Agroindústria | Daniel Klüppel Carrara (Titular), Adilcio Pedro Pazetto (Suplente). **Representantes:** SENAR Administração Central. **CONSELHO FISCAL:** Rita Marisa Alves (Titular), Pedro Cavalheiro de Almeida (Suplente) | **Representantes:** SENAR Administração Central | Tatiane Mecabó Cupello (Titular), Gilberto Modesto da Silva (Suplente) | **Representantes:** Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) | Joãozinho Althoff (Titular), Acir Veiga (Suplente) **Representantes:** Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc). **DIRETORIA:** Superintendente: Gilmar Antônio Zanluchi

MB Comunicação: Jornalista Responsável: Marcos Antônio Bedin (Reg. Jornalista profissional MTB SC 0085-JP). Edição: Keli Magri. Redação: Marcos Antônio Bedin, Alessandra Cristina Favretto, Keli Magri, Lisiane Kerbes, Marciane Paz.

Diagramação / Impressão: COAN Indústria Gráfica
Tiragem: 5.500 exemplares.

SCTERÁ TRÊS NOVOS POLOS DA FACULDADE CNA

A Faculdade de Tecnologia CNA confirmou nesta semana ao Sistema FAESC/SENAR-SC a instalação de três novos polos de ensino superior em Santa Catarina. A partir do ano que vem, os municípios de Seara, no oeste, São Miguel do Oeste, no extremo oeste e Braço do Norte, no sul ofertarão vagas para quatro cursos de graduação a distância nas áreas de gestão com foco no agronegócio: Gestão do Agronegócio (3 anos), Gestão Ambiental (2 anos), Gestão de Re-

ursos Humanos (2 anos) e Gestão de Processos Gerenciais (2 anos).

Com o anúncio, o Estado passou a contar com quatro polos de ensino da Faculdade CNA. O primeiro foi instalado no início deste ano em São Joaquim, na região serrana, e conta com 81 alunos na graduação. As capacitações são realizadas na modalidade a distância, com aulas online e aplicação de uma prova por semestre. A cada processo seletivo, são disponibilizadas em todo o País 350 vagas por curso, com investi-

mento mensal de R\$ 179,00.

A Faculdade CNA conta com 14 polos em todo o Brasil e possui três formas de ingresso: quem já possui um curso superior participa da seleção por meio de análise documental. Para os demais, é possível ingressar por meio do boletim de Desempenho do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) – com nota igual ou superior a 250 pontos em um dos exames a partir de 2017 ou ainda pelo vestibular online por meio de prova de Redação.



Faculdade CNA, polo São Joaquim

ESTRUTURA

O presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, destaca que a estrutura dos novos polos será instalada junto aos Sindicatos Rurais dos municípios. Como a modalidade é a distância, cada polo de ensino contará com uma sala específica, além de materiais e equipamentos necessários. Segundo ele, a meta é instalar outros novos polos pelo Estado nos próximos anos para capacitar produtores rurais, comunidade em geral e egressos do curso Técnico em Agronegócio já ofertado pelo SENAR em 12 polos espalhados em todas as

regiões catarinenses.

“É uma oportunidade para os técnicos darem sequência à formação, além de uma opção acessível aos produtores e empreendedores rurais para ingressarem no ensino superior e aumentarem o conhecimento e a competitividade”, sublinha Pedrozo ao ressaltar a importância das novas estruturas em Santa Catarina.

“São regiões com tradição e relevância no agronegócio, especialmente nas cadeias da pecuária de leite e corte e na produção de aves e suínos. A oportunidade de formação aos pro-

dutores qualifica as atividades e fortalece o agronegócio no Estado”.

Para o superintendente do SENAR/SC, Gilmar Zanluchi, que é natural de Seara, a ampliação do ensino é uma conquista do setor produtivo no Estado. “Estou muito feliz e orgulhoso pela iniciativa que contempla três regiões agrícolas importantes para o agro, especialmente por incluir a minha terra natal, que também fez parte da infância do presidente Pedrozo e do vice Enori Barbieri. Foi uma decisão acertada que trará desenvolvimento para a região”.

BONS PREÇOS COMPENSARAM PERDAS DA SAFRA DE VERÃO EM SC

A estiagem prolongada em Santa Catarina reduziu a produção agrícola da safra de verão (julho/2019 a abril/2020) no Estado, mas, em razão dos bons preços praticados no mercado, não comprometeu os resultados econômicos. A avaliação é da FAESC, que participou em julho da apresentação dos dados pelos técnicos do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da Epagri (Epagri/Cepa) em evento virtual que marcou o encerramento da safra de verão e a abertura da safra de inverno no Estado.

De acordo com a Epagri, a estiagem atrasou o plantio e trouxe queda de produtividade, principalmente para as lavouras de milho, soja e feijão. O milho total teve uma redução de 3,48% na área plantada, queda de 10,78% no total produzido e enfrentou uma produtividade 7,57% menor, em comparação com a safra 2018/19. A soja teve produção total 2,52% menor do que no ciclo anterior e feijão teve redução de 6,18% na produtividade e de 3,12% na área plantada.

“Nós colhemos menos soja que no ano passado na safra de verão, plantamos uma área um pouco maior, em torno de 5%, mas a produção ficou em torno de 2,2 milhões de toneladas, enquanto na safra anterior colhemos 2,3 milhões. Na produção de milho, diminuímos a área e colhemos 300 mil toneladas a menos, somente 2 milhões de toneladas. Isso é um problema, porque o Estado precisa de 7 milhões de toneladas por ano para abastecer o sistema agroin-

dustrial”, analisa o vice-presidente da FAESC, Enori Barbieri, ao destacar que os bons preços compensaram as perdas.

“O que nos salvou foi o bom preço do arroz em área plantada menor que na safra anterior, o bom preço da soja no mercado internacional com o dólar valorizado e o bom preço do milho, que praticamente equilibraram e até superaram os recursos recebidos na safra anterior. Apesar de todos os problemas climáticos, tivemos uma boa safra de verão neste ano”, avalia.

Os números da Epagri confirmam a avaliação do dirigente. O arroz foi um dos destaques da safra de verão. A produtividade de 8.391kg/ha ficou acima da média dos anos anteriores. No ciclo 2019/20 foram colhidas em média 168 sacas de arroz por hectare, contra média de 160 na safra passada. Apesar da alta oferta do produto no mercado, os preços se mantiveram em patamares elevados, graças à expectativa inicial de uma safra abaixo da média provocada pela estiagem no Sul do Brasil e à corrida aos mercados no início da pandemia, o que aumentou a demanda pelo alimento.

Além dos bons preços, a qualidade dos grãos de soja e de milho também foram destaque. O Estado exportou 1,4 milhão de toneladas de soja entre janeiro e junho, volume recorde, porém continua dependendo da importação de milho de outras regiões e países para suprimento das agroindústrias.

Produção de arroz foi destaque da safra de verão no Estado

SAFRA DE INVERNO

Barbieri ressalta que o Estado não tem forte tradição na safra de inverno, cujas culturas agrícolas são plantadas a partir de maio, como trigo e cevada. Uma das razões é porque os fatores climáticos dificultam o cultivo.

“Santa Catarina responde pouco por estas culturas. Colhemos 150 mil toneladas de trigo, perante 6 milhões de toneladas em todo o Brasil. Haverá acréscimo neste ano no trigo, mas é uma cultura que tem muito problema climático no nosso Estado. A cada três safras, o produtor acerta uma. Por isso, a maioria dos produtores prefere plantar pastagens, investir na criação de gado, do que fazer plantio de inverno e atrapalhar a safra de verão que começa no final de agosto no extremo oeste”.

Mesmo assim, segundo estimativa da Epagri, a área plantada de trigo nesta safra deverá aumentar 7,82% em relação ao ano anterior, com um crescimento na produtividade média de 9%, alcançando 182 mil toneladas, incremento de 17,52% na produção. O Estado também prevê aumento de 55,54% na produtividade de cevada, 11,69% no total de alho produzido, 24,48% na aveia grão e leve queda de 1,42% na produtividade de cebola.

Na avaliação da FAESC, para a próxima safra de verão, a maior disponibilidade de recursos em crédito e seguro rural deve impulsionar a produção agrícola no Estado.

“Não faltarão recursos para os produtores que queiram fazer suas lavouras. Por isso, creio que vamos voltar a fazer uma boa safra e, se tivermos clima bom, vamos bater novo recorde de produção em Santa Catarina”, projeta Barbieri.



Bom preço da soja e do milho compensou perdas

FAESC PREOCUPADA COM NOVA NORMATIVA DO MAPA

A FAESC vê com preocupação uma norma editada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), publicada no dia 15 de julho, no Diário Oficial da União. A Instrução Normativa Nº 48 regulamenta as diretrizes gerais para a vigilância da febre aftosa com vistas à execução do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa, conforme estabelecido pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).

Em seus aspectos gerais, a IN 48 atualiza atos normativos aos novos conceitos internacionais para o avanço do status sanitário do País para livre de febre aftosa sem vacinação, segundo diretrizes da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE).

Ocorre que entre as principais mu-

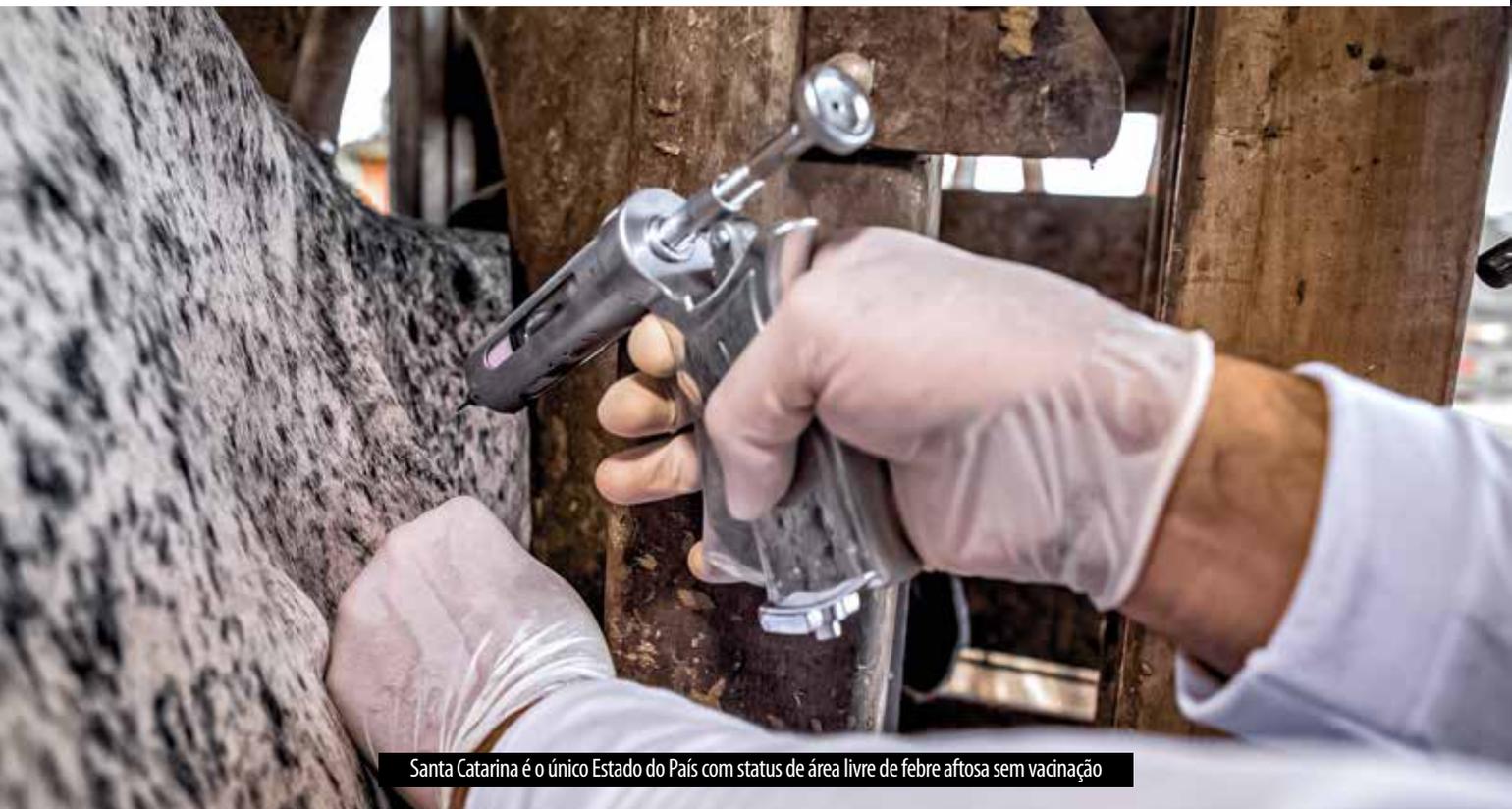
danças estão a permissão do ingresso de animais vacinados contra a febre aftosa destinados para abate e exportação em zonas livres sem vacinação e a permissão do retorno de animal originário de zona livre sem vacinação, para participação em feiras ou centrais de inseminação localizadas em zona livre com vacinação. A norma traz também a adequação do trânsito de produtos de origem animal.

O presidente da FAESC José Zeferrino Pedrozo explica que a autorização para entrada e retorno de animais de outros Estados (especialmente reprodutores bovinos), que venham participar de feiras em território catarinense, preocupa o setor.

O dirigente assinala que a alteração de normas de controle não pode, sob hipótese alguma, colocar em risco

a atual condição sanitária catarinense, o que geraria prejuízos incalculáveis. “Nosso compromisso é salvaguardar os interesses do Estado de Santa Catarina e dos produtores rurais na defesa da sanidade de nossos plantéis, reconhecida internacionalmente há muitos anos. Preocupa-nos que a nova normativa possa afetar negativamente o mercado e prejudicar os nossos produtores que muito investiram e o nosso Estado”.

Pedrozo expõe que a norma baixada pelo Ministério da Agricultura, aparentemente, conflita com a legislação catarinense. “Temos certeza que, se for o caso, a ministra da Agricultura Tereza Cristina determinará o reexame da IN 48/2020, ela que é a grande defensora da agricultura e da pecuária brasileira”, manifesta o presidente.



Santa Catarina é o único Estado do País com status de área livre de febre aftosa sem vacinação



Estado é referência internacional em saúde animal

SC MANTÉM PROIBIÇÃO DE ENTRADA DE BOVINOS DE OUTROS ESTADOS

Em atenção ao manifesto da FAESC, a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, em conjunto com a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), está analisando todos os pontos da Instrução Normativa Nº 48/2020 publicada pelo Mapa, que traz as diretrizes para a vigilância de febre aftosa dentro do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (PNEFA), e tranquiliza o setor produtivo catarinense.

“A IN 48 estabelece a possibilida-

de de transporte de animais suscetíveis à febre aftosa entre os estados, porém em Santa Catarina nós temos uma lei estadual que proíbe a entrada de bovinos e bubalinos de outros estados, que ainda não sejam reconhecidos pela Organização Mundial de Saúde Animal como área livre da doença sem vacinação. É importante que os produtores saibam que essa Instrução Normativa não irá se sobrepor à lei estadual, portanto mantemos as regras já vigentes em nosso Estado”, explica o secretário da Agricultura Ricardo de Gouvêa.

DIFERENCIAL

Santa Catarina tem tratamento diferenciado por ser o único do País com status de área livre de febre aftosa sem vacinação, reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Há 20 anos, os catarinenses não vacinam seus rebanhos contra a doença e mantêm um rígido controle para defesa da saúde animal.

Por isso, o Estado possui legislação específica para o ingresso de animais suscetíveis à doença. Santa Catarina segue as regras estipuladas na Lei Estadual nº 17.826, de 18/12/19, e na Portaria nº 015/00/SDA, de 27 de abril de 2000, que não serão alteradas devido à Instrução Normativa do Governo Federal.

Segundo a Lei Estadual, fica proibido o ingresso, em Santa Catarina, de animais vacinados contra a febre aftosa. Só está autorizado o ingresso de bovinos e bubalinos nascidos ou de outra zona livre de febre aftosa sem vacinação reconhecida pela OIE - no momento, nenhum outro Estado brasileiro cumpre esse requisito.

“Só serão aceitos em Santa Catarina animais de estados com o reconhecimento da OIE como área livre de febre aftosa sem vacinação. Além disso, esses animais devem ter identificação individual, serem comprovadamente procedentes daquele estado livre da doença sem vacinação e não serem vacinados com B19 para brucelose”, destaca a presidente da Cidasc, Luciane Surdi.

PROIBIÇÃO

O ingresso de bovinos de outros estados, mesmo que para abate imediato, permanece proibido, já que não há outras zonas livres de febre aftosa sem vacinação, reconhecidas pela OIE no Brasil. As equipes técnicas da Secretaria de Estado da Agricultura e da Cidasc continuarão trabalhando para manter Santa Catarina como referência internacional em saúde animal.



CRÉDITO RURAL

Representantes dos Sindicatos Rurais filiados à FAESC participaram da videoconferência

FAESC E BANCO DO BRASIL DEBATEM CONDIÇÕES ESPECIAIS AO SETOR

A FAESC e a Superintendência do Banco do Brasil no Estado promoveram no dia 10 de julho reunião virtual para apresentação do Plano Safra 2020/2021. O evento reuniu os dirigentes dos Sindicatos Rurais associados e debateu as condições especiais da instituição bancária para acesso ao crédito rural, além da prorrogação de operações e de detalhes do crédito emergencial para o setor no Estado.

De acordo com o presidente José Zeferino Pedrozo, o Estado busca traçar estratégias para ampliar o acesso ao crédito ao setor produtivo, com objetivo de aumentar a competitividade e movimentar a economia local.

O Banco do Brasil disponibilizará R\$ 4,5 bilhões em crédito para esta safra, 11% a mais que a anterior. Deste total, R\$ 3,7 bilhões são para custeio e comercialização e R\$ 800 mil para investimentos. Os recursos contemplam pequenos produtores, com R\$1,9 bilhão disponibilizados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); R\$ 700 mil ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e

R\$ 1,9 bilhão para a agricultora empresarial e cooperativas.

As taxas de juros para o Pronaf variam entre 2,75% a 4% ao ano para custeio e investimentos. No Pronamp, são 5% ao ano para custeio e 6% para investimentos. Para empreendimentos rurais e cooperativas, a taxa de juros é de 7% ao ano e para demais produtores 6%.

De acordo com o gerente de agronegócio da Superintendência do Banco do Brasil no Estado, Flávio Sebben Covolo, a novidade da instituição para este ano é a liberação de R\$ 500 milhões em crédito para construção e reforma de casas no meio rural. “As taxas são de 4% ao ano, redução de 13%, com prazo de até 10 anos para pagar”, explica. O BB também disponibiliza contratação de seguro rural, com cobertura mínima de 70% para as culturas de milho e soja, além de crédito emergencial para quem foi afetado pela estiagem ou pela pandemia, nos valores de R\$ 20 mil (Pronaf) e R\$ 40 mil (Pronamp) para aquisição antecipada de insumos.

Os produtores que já têm financia-

mento podem prorrogar as operações como medida emergencial da instituição bancária. As atividades afetadas pela Covid-19 podem prorrogar por seis meses a um ano o pagamento dos contratos com vencimento entre 1/01/2020 a 14/08/2020. Os atingidos pela estiagem no Estado podem prorrogar as operações entre janeiro e dezembro de 2020 por um ano ou até três anos. A prorrogação pode ser feita pelo aplicativo do banco, sem necessidade de deslocamento até as agências.

“Temos 322 agências e postos de atendimentos no Estado e queremos ajudar os produtores a fazerem um ano safra espetacular em Santa Catarina”, afirmou o superintendente do Banco do Brasil no Estado, Guilherme Alexandre Rossi.

“O Banco do Brasil confia nos agricultores e mantém uma relação estreita e profissional com a Federação. Queremos criar estratégias e soluções em conjunto para que possamos superar a crise e mantermos nossa produtividade. Não podemos vender pessimismo, porque sempre há saídas”, destacou o presidente Pedrozo.

CNA ELABORA PROPOSTAS PARA CRESCIMENTO DO SETOR

Assim como nos últimos anos, em 2020, a CNA elaborou as propostas do Sistema para o Plano Agrícola e Pecuário 2020/2021, com contribuições recebidas de produtores rurais, sindicatos rurais, federações de agricultura e associações setoriais parceiras, assim como de especialistas nas áreas de mercado de capitais e de gestão de riscos no setor agropecuário. O documento de propos-

tas elaborado foi apresentado e discutido com vários órgãos de Governo e com o setor privado a fim de se viabilizar uma proposta que possibilite a continuidade do crescimento da agropecuária brasileira.

Mesmo diante das restrições impostas pela crise decorrente da pandemia da covid-19, o Governo Federal anunciou aumento de 6% no volume de

recursos disponibilizados para a safra 2020/2021, R\$ 13,6 bilhões a mais que o volume programado para aplicação na safra 2019/2020, com a priorização de pequenos e médios produtores e dos programas de investimento apontados como prioritários para o setor agropecuário, assim como a ampliação de orçamento para a subvenção ao prêmio do seguro rural em 30% para 2021.

MEDIDAS NECESSÁRIAS

Além do acompanhamento das contratações de crédito rural e seguro rural na safra 2020/2021, a CNA continuará trabalhando para ampliação do financiamento privado, redução da burocracia do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e para a redução taxa de juros efetiva para o setor. Conforme propostas apresentadas pela CNA ao Governo Federal, é fundamental aumentar a transparência sobre as exigências das instituições financeiras nas concessões de crédito

rural e aprimorar a fiscalização sobre a prática de venda casada, com o objetivo de penalizar as instituições financeiras nos casos de práticas abusivas. Para incentivar produtores a combatem essa prática, desde 2019, a CNA possui um canal de orientação e uma plataforma na qual é possível realizar denúncias anônimas.

Para viabilizar o aumento do volume de recursos equalizável à disposição do setor agropecuário, é necessário se adequar os percentuais de custos

administrativos e tributários (CAT) recebidos pelas instituições financeiras às novas condições macroeconômicas. Outra agenda a ser trabalhada em 2020 refere-se a propostas para aumento do funding ao setor, como o ajuste da regulamentação prudencial aplicada sobre a carteira de crédito rural, considerando as características e a importância da carteira agro no mercado de crédito brasileiro, e a proposta de criação de Fundos de Investimento para o setor agropecuário.

PLEITOS IMPORTANTES DO SETOR AGROPECUÁRIO ENCAMINHADOS PELA CNA:

- Orçamento de R\$ 1,3 bilhão para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) em 2021, volume aproximadamente 30% superior a 2020 e 2019
- Lançamento do Projeto Monitor de Seguros Rurais, para avaliação permanente dos produtos e serviços oferecidos pelas instituições financeiras
- Manutenção de condições mais competitivas para os programas apontados pela CNA como prioritários: PCA, Moderinfra, Inovagro e Programa ABC
- Redução das taxas de juros para todas as linhas de investimento operacionalizadas com recursos equalizáveis, e aumento de R\$ 4,35 bilhões no volume de recursos disponibilizados
- Redução da taxa de juros para os financiamentos na safra 2020/2021
- Aumento de R\$ 7,7 bilhões no volume de recursos disponibilizado para aplicação em crédito rural captados por meio de LCA, alcançando um total R\$ 62,7 bilhões
- Estabelecimento de medidas de apoio aos segmentos que têm sido mais prejudicados pela crise decorrente da pandemia da Covid-19, como linhas de crédito emergenciais

ATEG AUMENTA PRODUTIVIDADE E RENDA EM SC

O produtor de bovinos de corte de Tubarão, no sul do Estado, Jorge Felisberto, viu a produtividade crescer consideravelmente em três anos. A taxa de prenhez do rebanho de cria passou de 57% para 89% e a lotação dos pastos de verão saltou de 2,5 para 4 animais por hectare.

Na outra ponta do Estado, em Guatambu, no oeste catarinense, a Fazenda Fries superou a média de produtividade na região na última estação de monta encerrada em fevereiro e registrou taxa de prenhez de 96,7%.

Trabalho de gestão que também apontou resultados para o produtor Gilmar Silveira Duarte, de Otacílio Costa, região serrana. A cada temporada de nascimento de terneiros, a Fazenda Vô Belalo colhe os frutos da definição da estação de monta, da escolha de material genético de ponta para a inseminação, do manejo e adubação de pastagens.

Os três pecuaristas fazem parte

dos grupos de produtores atendidos pelo programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATEG) na bovinocultura de corte do SENAR/SC. O programa atende 1.479 produtores rurais em 134 municípios, número que abrange 46% do território estadual. O objetivo é acompanhar a produção pecuária, auxiliar os produtores no trabalho de campo e orientá-los no gerenciamento das atividades e na gestão dos negócios. Ao todo, o programa supera a marca de 16.500 visitas técnicas individualizadas por ano.

O coordenador estadual do programa, Antônio Marcos Pagani de Souza, detalha que as visitas técnicas diretas às propriedades rurais abordam assuntos voltados ao manejo dos rebanhos e de pastagens, sanidade, nutrição, plantio e adubação. Também trabalha temas voltados à gestão e ao planejamento financeiro das propriedades, tratadas



Produtor de Tubarão/SC, Jorge Felisberto, comemora resultados

pelo programa como empresas rurais. Reuniões de mobilização, oficinas técnicas, dias de campo e seminários de atualização complementam a assistência técnica e gerencial que tem revelado números impactantes para o setor.

“Com esse conjunto de medidas e a adesão dos produtores rurais a essa nova mentalidade foi possível incrementar o faturamento anual total das propriedades assistidas de R\$ 73,7 milhões para R\$ 84,3 milhões, aumento de 14% em três anos”, destaca Pagani.

Outro dado que aponta evolução do setor é o número de animais comercializados no período. O programa registrou aumento de 33% nas vendas, saltando de 42.510 para 56.680 bovinos entre o primeiro e o terceiro ano trabalhado. A taxa de prenhez geral medida pela assistência técnica teve evolução de 22%, passando de 65% para 79% em três anos de atendimento.

MERCADO

O presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, destaca que o rebanho bovino catarinense abrange cerca de 4,7 milhões de animais, com crescimento de 19,81% entre 2010 e 2019, de acordo com dados da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc). São 77 mil produtores no Estado, 58% deles agricultores familiares.

“É uma cadeia que vem crescendo muito em Santa Catarina, com participação direta do programa de assistência técnica e gerencial. Só no ano passado, o Estado exportou 3,8 mil toneladas de carne bovina, ocupando a 15ª posição no ranking nacional. A ATEG re-

presenta um avanço na capacitação dos produtores rurais, preparando-os para a condução das atividades pecuárias com visão empresarial e o emprego de avançadas técnicas de gestão e controle”, sublinha.

Para o superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antonio Zanluchi, os números gerados pela assistência técnica e gerencial ressaltam a importância do programa no fomento da pecuária de corte no Estado. “Com a ATEG, os produtores estão investindo mais em tecnologia, melhorando as técnicas de reprodução e colhendo os resultados. É um trabalho que beneficia toda a cadeia produtiva”.



A cada temporada de nascimento de terneiros, a Fazenda Belalo, de Otacílio Costa, na serra, percebe a evolução do rebanho



Melhoramento genético é um dos destaques do programa ATEG

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

Além da assistência técnica e gerencial, o programa do Sistema FA-ESC/SENAR-SC promove, em parceria com Sebrae/SC, o projeto de adoção do protocolo de Inseminação Artificial por Tempo Fixo (IATF), que consiste na inseminação gratuita de até 80 matrizes de cada propriedade assistida. O produtor rural paga apenas pelo sêmen

utilizado na inseminação.

De acordo com Marcos Pagani, o projeto busca acelerar o melhoramento genético, difundir a prática da inseminação artificial em tempo fixo e incrementar a produtividade do rebanho catarinense. Em três temporadas reprodutivas, já foram inseminadas mais de 79 mil matrizes.

“O número de matrizes inseminadas passou de 18.905 na temporada 2017/2018 para 38.266 no resultado parcial de 2019/2020 que está em fase de conclusão. Isso mostra que a adesão dos produtores rurais por novas tecnologias está acelerando de forma muito intensa e trazendo números reais de incremento de produção e renda”, ressalta.

MARCA COLETIVA DE CARNES

Com o objetivo de contemplar toda a cadeia produtiva da pecuária de corte, o Sistema FAESC/SENAR também lançou a primeira marca coletiva de carnes: Purpurata. A iniciativa foi apresentada como um selo de diferenciação de produto e poderá ser acessada por outras marcas vigentes no mercado, sem concorrência.

O selo Purpurata certifica as propriedades rurais que promovam práticas de gestão e manejo, como melhorias que atestam sustentabilidade produtiva e ambiental. “O objetivo é agregar valor à remuneração paga ao produtor rural e também proporcionar ao mercado consumidor carne de qualidade e diferenciação”, explica Pagani.

Segundo o coordenador, os ternei-

ros com padrão e qualidade racial recebem brincos de identificação como forma de diferenciação de qualidade no mercado comprador de animais. Dessa forma, todo produtor rural assistido e que adere às técnicas de melhoria no rebanho e na propriedade tem valor agregado na sua produção.

“Buscamos proporcionar ao produtor rural do Estado não apenas melhorias no processo de produção e gestão da fazenda, mas consolidar práticas e tecnologias fundamentais ao agronegócio moderno. Também fomentar o mercado, agregando valor à carne catarinense, buscando acessar mercados extremamente exigentes e que estejam dispostos a pagar pelo produto diferenciado o que ele realmente vale”.



SISTEMA FAESC/SENAR DISTRIBUI FOLDERS PARA ORIENTAR PRODUTORES

O Sistema FAESC/SENAR-SC distribuiu aos 92 sindicatos rurais catarinenses folders informativos contendo medidas de prevenção ao novo coronavírus e orientações para o uso correto das máscaras de proteção. O material está sendo entregue aos produtores e trabalhadores rurais que participam dos treinamentos ofertados nos municípios.

De acordo com o presidente José

Zeferino Pedrozo a medida atende um dos requisitos para a retomada das ações presenciais dos cursos livres estabelecidos pela Portaria da Secretaria de Estado da Saúde nº 352 de 25/05/2020. O documento autorizou o retorno das atividades para alunos acima de 14 anos em estabelecimentos que permitem o distanciamento mínimo de 1,5 metro, menor quantidade possível de participantes,

uso de máscaras e higienização com álcool em gel. O dirigente reforça que, apesar do decreto estadual, cada município tem autonomia para definir as questões de saúde em seu território e, por isso, é necessário observar os Decretos Municipais onde serão realizadas as ações/atividades. No caso de possibilidade de realização dos eventos, são adotadas todas medidas de prevenção à covid-19.

O que você precisa saber sobre as máscaras e os cuidados de uso e limpeza delas.

- Elas devem ser utilizadas para quando precisar sair de casa ou por pessoas que estejam cuidando de idosos ou doentes.
- A máscara é individual, cada pessoa deve usar somente a sua. Não compartilhe!
- Antes de colocar a máscara, lave bem as mãos com água e sabão por 20 segundos.
- A máscara deve ser trocada a cada 2 horas ou se ficar úmida.
- Evite tocar na parte da frente da máscara. Você deve colocá-la e retirá-la pegando somente no elástico ou fita. Esteja sempre com as mãos lavadas e higienizadas para fazer isso.
- Ajuste a máscara de forma que ela cubra todo o seu nariz até o seu queixo. O nariz e a boca têm que ficar totalmente cobertos.
- Para reutilizar a máscara, deixe-a de molho por 30 min em um pote com a solução de 1 litro de água para 20 ml de água sanitária. Depois lave, passe e guarde em um saco limpo até precisar usar.

USE A MÁSCARA PARA PROTEGER VOCÊ E SUA FAMÍLIA!

Para mais informações e dicas acesse a cartilha do Senar em:
<https://www.cnabrazil.org.br/coronavirus-recomendacoes-de-prevencao-nas-propriedades-rurais>

FAESC SENAR | SENAR Sindicato Rural de Agronegócio

Coronavírus

O Coronavírus é uma família de vírus causadora de infecções respiratórias e que também se propaga no meio rural.

Preste atenção e se proteja!

Conheça os principais sintomas: Febre, Tosse, Falta de ar

Fique atento também a: Nariz entupido, Dor de garganta, Cansaço, Dor no corpo, Exantema ou saram

Atenção Se você está com sintomas de gripe, febre ou tosse, fique em casa e evite contato com outras pessoas por 14 dias. Se sentir FALTA DE AR, você deve procurar atendimento médico.

Saiba como se prevenir:

- Comercialização:** Evite contato com animais vivos em feiras livres, mercados, fazendas, etc. Evite contato com animais mortos em feiras livres, mercados, fazendas, etc.
- Armazenamento:** Faça o processamento adequado dos alimentos, observe as condições de armazenamento e evite o contato com animais vivos em feiras livres, mercados, fazendas, etc.
- Higiênis e equipamentos:** Antes de sair, lavar e higienizar as mãos e equipamentos. Use máscara nos pontos de venda e evite tocar no rosto.
- Lave as mãos com água e sabão.**
- Se possível, mantenha distância das pessoas (2m) e evite locais fechados.**
- Na falta de água e sabão, use álcool em gel 70%.**
- Não compartilhe talheres, copos, garrafas e pratos.**
- Limpe o celular e objetos com frequência.**
- Mantenha os ambientes bem ventilados.**
- Cubra boca e nariz com o cotovelo ao tossir ou espiralar.**
- Não toque olhos, nariz e boca.**

Atenção aos Grupos de Risco Se você se encaixa em algum desses grupos, fique ainda mais atento e se possível mantenha o isolamento social:

- Acima de 60 anos
- Asmáticos
- Problemas no sistema imunológico
- Diabéticos
- Pressão alta
- Fumantes
- Doença respiratória ou renal crônica
- Doenças cardiovasculares

FAESC SENAR | SENAR | LADO A LADO

Faça a sua parte e se proteja para evitar a contaminação com o Coronavírus!

Mais informações: Canal do Produtor - [cnabrazil.org.br/canal](https://www.cnabrazil.org.br/canal) | Ministério da Saúde - [saude.gov.br](https://www.saude.gov.br)

Folders e cartazes produzidos pelo Sistema FAESC/SENAR-SC

Material entregue durante treinamento sobre Inseminação Artificial em Bovinos em Araranguá



Curso de jardinagem no município de Monte Castelo

DISTRIBUIÇÃO

“Precisamos fazer a nossa parte e garantirmos maior proteção para evitarmos o contágio. Nossos produtores já estão fazendo a parte deles em suas propriedades, não pararam o trabalho e continuam em busca de capacitação com toda responsabilidade e segurança”, ressalta Pedrozo.

O material distribuído contém sete passos para uso correto, limpeza e cuidados com as máscaras de proteção como dicas para reutilizá-las e tempo permitido de uso antes de cada troca. Os folders também informam sobre os principais sintomas da covid-19, as medidas mais eficazes para prevenção e orienta quais são os grupos de risco e suas implicações.

“É fundamental que a retomada das atividades seja segura para que o Estado evite o agravamento da situação e consiga superar a crise sanitária o mais rápido possível”, sublinha o presidente.



Madeira deverá ser usada em reparos e reconstrução de benfeitorias nas propriedades

PRODUTORES RURAIS PODEM USAR MADEIRA DE ÁRVORES DERRUBADAS

Uma decisão do Conselho Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina (Consema), autoriza o aproveitamento da madeira das árvores derrubadas ou danificadas pelo ciclone extratropical ocorrido no Estado no dia 30 de junho. A Resolução nº 169, de 7 de julho, atende solicitação da FAESC, que faz parte do Conselho.

O assessor jurídico da Federação e membro do Consema, Clemerson Pedrozo, explica que a norma foi elaborada visando a simplificação de procedimentos diante da urgência que a situação requer, sem descuidar de todo contexto normativo que regulamenta as questões ambientais.

O material lenhoso deverá ser usado em reparos e reconstrução de benfeitorias nas propriedades, não sendo permitida a comercialização, que deve seguir as instruções normativas específicas emanadas dos órgãos ambientais.

“O ciclone atingiu todas as regiões e derrubou muitas árvores. Com a aprovação da norma os produtores rurais podem usar madeira para fazer reparos nas propriedades, como aviários, chiqueiros, moradias, galpões, mangueiras, cercas, entre outras benfeitorias. A resolução permite que esse material lenhoso de menor custo possa ser melhor aproveitado no campo e no momento adequado”, detalha Clemerson.

A norma tem caráter excepcional e é válida por um ano. O produtor que usar a madeira tem prazo de até 30 dias após o uso para a entrega dos documentos junto ao órgão ambiental, entre eles, croqui simplificado da propriedade mostrando o local onde a madeira foi retirada, requerimento simplificado para transporte, caso houver necessidade, e levantamento fotográfico que caracterize os danos causados pelo vendaval. É necessário também que o produtor esteja inscrito no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Os Sindicatos Rurais filiados à FAESC e a Federação estão à disposição para prestarem os esclarecimentos à classe rural quanto à correta aplicação da norma.



Exames e certificações asseguram sanidade animal e agregam valor à carne e ao leite

SC BUSCA ERRADICAÇÃO DA BRUCELOSE E TUBERCULOSE

Para fortalecer o agronegócio catarinense e agregar valor à pecuária de corte e de leite, o Estado busca atingir um novo nível de excelência na sanidade animal: a erradicação da brucelose e da tuberculose bovina, zoonoses que ameaçam a saúde pública e o setor. O status garantirá mais um reconhecimento internacional a Santa Catarina que já é declarada área livre de febre aftosa sem vacinação e de peste suína clássica.

Como forma de contribuir com o trabalho de certificação e de fiscalização das propriedades desenvolvido pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

(Cidasc), a FAESC instalou 14 laboratórios para a execução de diagnósticos de brucelose e tuberculose no rebanho bovino catarinense. O serviço está disponível aos produtores desde 2018 em 14 Sindicatos Rurais que contemplam as regionais da FAESC no Estado: Água Doce, Campo Erê, Capinzal, Chapecó, Curitibaanos, Joaçaba, Lages, Mafra, Rio do Oeste, São Joaquim, São Miguel do Oeste, Seara, Videira e Xanxerê.

De acordo com o vice-presidente de finanças da FAESC, Antônio Marcos Pagani de Souza, que coordena o programa estadual de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) de pecuária de corte,

cada laboratório conta com um médico veterinário para a realização dos exames, por meio de convênio celebrado entre a Federação e os Sindicatos Rurais. Ele reforça que os profissionais são credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e os laboratórios certificados pelo Mapa e pela Cidasc, órgão responsável pelo controle e pela fiscalização no Estado.

“É importante que os produtores façam os exames e certifiquem as propriedades para qualificar e assegurar a bovinocultura de corte e leite do estado. Além dos escritórios da Cidasc e do apoio do Instituto Catarinense de



MAIS PROPRIEDADES CERTIFICADAS

O presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo, ressalta que a meta da Federação é ampliar o número de propriedades rurais certificadas como livres de brucelose e tuberculose para dar mais segurança aos produtores e qualificar a pecuária de corte e de leite. Segundo ele, os laticínios pagam entre um e cinco centavos a mais por litro de leite às propriedades certificadas.

“Além da questão da sanidade, há incentivos e vantagens que agregam valor aos produtos. Se o Estado tem como meta a exportação do leite, assegurar o status sanitário é fundamental”, observa Pedrozo ao destacar que as propriedades certificadas também podem vender reprodutores sem exigência de novos testes.

De acordo com a Cidasc, Santa Catarina conta hoje com mais de 750 propriedades certificadas como livres de brucelose e tuberculose e todos os anos são realizados em média 300 mil exames para detectar a presença das zoonoses. Em todo o Estado, o rebanho abrange 4,7 milhões de bovinos. A certificação é opcional para produtores de bovinos, mas obrigatória para produção de quei-



Laboratório em Seara é um dos 14 instalados pela FAESC em parceria com os Sindicatos Rurais

jos artesanais de leite cru.

Para ser certificada, conforme a Cidasc, a propriedade deve passar por uma bateria de exames sanitários repetidos num intervalo de 6 a 12 meses e fazer o controle de movimentação em suas divisas. Além dos exames de sangue, são feitos testes periódicos em tanques de leite de propriedades e em abatedouros como forma de vigilância ativa.

Não existe cura para a tuberculose nem para a brucelose. Ao ser identificado um animal positivo para qualquer uma das doenças, deve ser realizado o sacrifício sanitário.

Sanidade Agropecuária (ICASA) no trânsito de animais, os Sindicatos dispõem destes laboratórios, com custo apenas de manutenção para cobrir as despesas do médico e do material utilizado”, destaca.

O dirigente sublinha que os exames sanitários de brucelose e de tuberculose com resultado negativo são necessários para o produtor movimentar animais de reprodução, crias acima de 10 meses (gado de corte e de leite).

“A erradicação das zoonoses está ao nosso alcance. Disponibilizamos as ferramentas necessárias e esta busca deve ser um compromisso de todos”, reforça Pagani.

BRUCELOSE E TUBERCULOSE

Estimativas do Mapa apontam que a brucelose gera perdas da ordem de 20% a 25% na produção de leite e redução do tempo de vida produtiva dos animais, o que exige uma taxa de reposição de cerca de 30% e, conseqüentemente, gera custos para o produtor.

No caso da tuberculose, a estimativa é de 10% a 18% na queda da produção e também há diminuição da taxa de fertilidade nas fêmeas afetadas. Além disso, ambas geram prejuízos provocados pela maior dificuldade de comercialização dos animais, em razão da perda de credibilidade da unidade de criação, e repercussão negativa nos mercados nacional e internacional.

DADOS DA PECUÁRIA CATARINENSE

- Rebanho: 4,7 milhões
- Produtores: 77 mil
- Municípios com produção: 293
- Bovinos de corte: 51,4%
- Bovinos de leite: 34,74%
- Aptidão mista: 13,75%
- Propriedades certificadas: 750
- Exames realizados por ano: 300 mil

Fonte: Cidasc

CNA E FEDERAÇÕES DEBATEM ATUAÇÃO DO SENAR PARA AMPLIAR EXPORTAÇÕES

O presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, foi um dos palestrantes do seminário online no dia 14 de julho que debateu as iniciativas conjuntas do SENAR e do projeto Agro.BR para ampliar as exportações brasileiras. O evento foi promovido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), com o apoio da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

O Agro.BR é uma iniciativa da CNA, em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimento (Apex-Brasil), que engloba ações de internacionalização e promoção comercial de produtos agrícolas brasileiros. O projeto ajuda o produtor a preparar e adaptar seu produto para o mercado externo.

Pedrozo participou do terceiro e último painel, que discutiu como a Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) do Senar pode atuar para qualificar os produtores e encaminhá-los para o projeto Agro.BR. A palestra também teve a participação do superintendente regional do SENAR/MS, Lucas Galvan.



Presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo foi um dos palestrantes do seminário online

De acordo com o presidente, o leite é um dos produtos com mais potencial para exportação no Estado devido à produção elevada e à qualidade que vem sendo alcançada com o apoio da ATeG.

“Temos a oportunidade de exportar 40% da nossa produção. Temos

que incentivar as pequenas e médias agroindústrias a criar essa cultura”, ressaltou Pedrozo. Além do leite, a FAESC enxerga possibilidades em cadeias produtivas como a pecuária de corte, ovinocultura, apicultura, piscicultura e maricultura.

PARTICIPAÇÕES

No evento virtual, os superintendentes regionais do SENAR de Minas Gerais, Christiano Nascif, da Bahia, Carlos Rio, e do Rio Grande do Sul, Eduardo Condorelli, palestraram sobre alternativas para mapear as cadeias que o Senar atua nos Estados com perfil para o projeto Agro.BR e inseri-las nas ações da instituição.

O assessor técnico da Diretoria da ATeG, Rafael Costa, explicou

como o SENAR pode incentivar e apoiar produtores para preparar seus produtos para exportação.

A abertura do seminário também contou com a participação do chefe de gabinete do SENAR, André Sanches e da Superintendente de Relações Internacionais da CNA Lígia Dutra. “O Senar, com a ATeG, está ensinando o produtor a produzir cada vez mais e com mais qualidade. Além do mercado inter-

no, precisamos buscar mercados lá fora”, afirmou Lígia Dutra.

Para André Sanches um dos desafios é orientar os produtores na organização da produção e no direcionamento para alguns mercados, levando em consideração as diferenças regionais do Brasil. “Temos que nos adequar para que a gente consiga, além de incentivar a produção, buscar canais de escoamento para essa boa produção externamente”.

FIM DA REDUÇÃO DAS ALÍQUOTAS

Desde o dia 1º de julho voltou a ser integralmente aplicada a alíquota para a cobrança da contribuição ao SENAR.

Por força da Medida Provisória

(MP) 932/2020 as contribuições devidas aos serviços sociais autônomos – conhecidos como Sistema S – foram reduzidas em 50% nos meses de abril,

maio e junho. O período de redução encerrou no dia 30 de junho.

A base de cálculo para a comercialização da produção rural volta a ser a seguinte:

Alíquotas			
CONTRIBUINTE	FUNRURAL	SENAR	TOTAL
Produtor Rural Pessoa Física	1,3%	0,20%	1,5%
Produtor Rural Pessoa Jurídica	1,8%	0,25%	2,05%
Agroindústria	2,6%	0,25%	2,85%

Por outro lado, a base de cálculo para a folha de pagamento volta a ter as seguintes alíquotas.

Alíquotas				
CONTRIBUINTE	Previdência + RAT ⁽¹⁾	Sal Educ + INCRA	SENAR	TOTAL
Produtor Rural Pessoa Física ⁽²⁾	23%	2,7%	-	25,7%
Produtor Rural Pessoa Jurídica	23%	2,7%	2,5%	28,2%
Agroindústria (suínos, aves, piscicultura, carcinicultura, florestamento/reflorestamento)	23%	2,7%	2,5%	28,2%
Empresas prestadoras de serviços rurais	23%	2,7%	2,5%	28,2%
Sindicatos patronais rurais	23%	2,7%	2,5%	28,2%

1) O RAT é variável, de acordo com a atividade da empresa.

2) A base de cálculo da contribuição ao SENAR, pelo produtor rural pessoa física será sempre o valor bruto da comercialização da produção rural, indiferente se optar por recolher o FUNRURAL sobre a folha de pagamento.

O SENAR atendeu, no ano passado, quase 130 mil produtores rurais em treinamentos e programas voltados a melhorar a vida das famílias rurais catarinenses. As ações foram realizadas em todas as microrregiões do Estado. No conjunto, foram promovi-

das 4.859 ações com carga horária de 229.961 horas e a efetiva participação de 129.819 pessoas.

Em 2019, as ações na área de Formação Profissional Rural (FPR) atenderam 79.394 produtores rurais catarinenses nos 3.681 eventos re-

alizados, exigindo 81.605 horas de treinamento. No programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) foram formadas 158 turmas, atendidos 4.635 produtores rurais em 126.988 horas de assistência em oito cadeias produtivas.



Capacitações seguem medidas de higiene e segurança exigidas pelos órgãos de saúde

SISTEMA FAESC/SENAR RETOMA AÇÕES PRESENCIAIS

O Sistema FAESC/SENAR-SC retomou em julho as ações presenciais, salvo em municípios onde a suspensão é mantida por decretos. A medida atendeu Portaria da Secretaria de Estado de Saúde nº 352 de 25/05/2020 que autorizou o retorno das atividades presenciais em cursos livres para alunos acima de 14 anos. A modalidade de ensino compreende a educação não formal de curta duração, como formação inicial e continuada ou qualificação profissional, serviço este oferecido de forma gratuita pelo SENAR em todo o Estado.

As atividades do SENAR/SC, como a Assistência Técnica e Gerencial (ATeG), cursos rápidos, capacitações e treinamentos aos produtores foram retomados em estabelecimentos que permitem o distanciamento mínimo de 1,5 metro e com quantidade mínima de participantes.

Mensalmente, o SENAR/SC pro-

move mais de 300 treinamentos gratuitos para mais de 4.000 produtores rurais catarinenses. O Programa ATeG presta assistência técnica para milhares de produtores das cadeias de pecuária de corte, bovinocultura de leite, apicultura, olericultura, piscicultura e maricultura.

Para o retorno das atividades, o SENAR/SC, os Sindicatos Rurais e as entidades parceiras seguem medidas de higiene e segurança exigidas pelos órgãos de saúde como a disponibilização de álcool em gel, uso de máscaras durante a aula e distância mínima de 1,5 metro entre cada estudante. A ocupação de alunos em sala de aula respeita a quantidade mínima de participantes estabelecida no guia de treinamentos do SENAR/SC e em locais que atendem às normas exigidas. Os ambientes são higienizados constantemente, seguindo as regras determinadas pela Portaria.

De acordo com o superintendente

Gilmar Antônio Zanluchi, os técnicos, instrutores e supervisores seguem manual de orientações sanitárias no desenvolvimento das atividades presenciais. “Este foi um primeiro passo da retomada das atividades que demanda cuidados, ressalvas e medidas preventivas para a proteção de todos”, destaca Zanluchi.

Segundo o superintendente, a demanda reprimida de cursos e treinamentos suspensos devido à pandemia será atendida ao longo do ano. Em julho, foram 193 capacitações em todo o Estado.

O presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, reforça a autonomia dos municípios no atendimento à Portaria. “Onde há decreto municipal que não permite a volta dos cursos livres presenciais, nós seguimos a decisão local. É uma medida importante para garantir maior segurança”, ressalta.

AGRO +

AVANÇOS NA MEDICINA

Um estudo no Rio de Janeiro pode trazer bons resultados no tratamento da covid-19. Pesquisadores do Instituto Vital Brazil estão desenvolvendo um soro com a ajuda de cavalos. O soro contra a Covid deve ser uma forma de tratamento para quem já está doente, não uma vacina. A estimativa é que o produto esteja disponível nos primeiros meses de 2021. A ideia é usar o plasma do cavalo – que é a parte líquida do sangue – para estimular a produção de anticorpos capazes de combater o novo coronavírus em humanos. Isso se daria por duas maneiras: uma delas pega a proteína que o coronavírus usa para se ligar à célula humana e injeta no cavalo. A ideia é que o animal produza anticorpos capazes de impedir que o vírus consiga infectar essa célula. A outra utiliza o vírus inteiro, mas inativado. Assim, o cavalo produz anticorpos que permitem que o organismo humano destrua esse vírus. A expectativa é de que em seis semanas os animais possam estar produzindo os anticorpos para a fabricação do soro. Importante: os animais não adoecem. Com a ajuda dos cavalos, os pesquisadores já desenvolveram vacinas e soros contra picada de cobra, aranha, escorpião e até de abelha.



SEGURO RURAL

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), publicou em julho a Resolução 76, do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural, que aprovou a inclusão da cultura da banana no projeto-piloto de subvenção ao prêmio do seguro rural para operações enquadradas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Além da banana, as culturas de milho 1ª safra, soja, maçã e uva já estavam previstas no âmbito do Programa de Seguro Rural (PSR), no exercício de 2020. O objetivo é possibilitar a contratação de seguro rural com uma subvenção maior para os agricultores familiares do Pronaf, muitos deles atingidos pelas intempéries climáticas, principalmente do ciclone-bomba que afetou a produção de banana e outras atividades em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.



EXPOLAGES 2020

A Expolages 2020 acontecerá entre os dias 13 e 18 de outubro, mas com um perfil diferente, em razão da pandemia do novo coronavírus. Será deixada de lado a montagem de toda a estrutura tradicional, e que envolve a indústria e o comércio, exposição de animais a galpão e julgamentos. O evento será realizado na forma comercial, apenas com os leilões de animais já previstos na grade de programação, ou seja, de Gado Geral, Reprodutores e Equinos. A decisão foi tomada após reuniões com todas as Associações de Criado-

res e também após ampla discussão entre o Sindicato Rural e a Associação Empresarial (ACIL), que são os principais organizadores. A nova formação também não permite a presença de visitantes, exceto dos interessados na compra dos animais, que poderão ir até as mangueiras em horários pré-estabelecidos, uma vez que os leilões serão realizados virtualmente, seguindo o modelo adotado nas feiras já realizadas este ano, e dentro dos padrões sanitários e protetivos à saúde dos envolvidos.

VOCÊ CONTRIBUI, O AGRO CRESCER!

Produtores, empregadores
ou empresários rurais têm
até o dia 21 de setembro
para pagar a Contribuição
Sindical Rural 2020.

Saiba mais em
www.cnabrazil.org.br



FAESC

Federação da Agricultura
e Pecuária - Santa Catarina
www.faesc.com.br



SENAR

Santa Catarina
www.senar.com.br